

## **História da educação**

**Texto produzido para a disciplina Introdução aos Estudos da Educação**

**Luciana B. Jacob**

Alguns historiadores acreditam que a educação sempre aconteceu ao longo do tempo, de uma forma espontânea e dinâmica. A interação com o mundo e com outros indivíduos sempre nos proporcionou algum tipo de aprendizado, seja observando um integrante mais velho da tribo caçar, os fenômenos da natureza, o comportamento religioso nos rituais etc.

Desde muito tempo, grupos humanos vivendo em sociedades primitivas bem menos complexas que a nossa atual educavam através de trocas sociais que incluíam jovens e crianças. De modo geral, as atividades que eram transmitidas eram aquelas ligadas tanto à sobrevivência da comunidade (como caça, pesca, luta) quanto a questões espirituais, artesanais, simbólicas e culturais.

Assim, tudo o que era importante para a comunidade - e existia como um tipo de saber - existia também como algum modo de ensinar. A educação se dava no espaço da vida e do trabalho, onde o fazer faz o saber. Fisicamente, isso ocorria nas casas, na oficina, na área de plantio, no quintal, nos templos. Em todo o tipo de comunidade humana onde ainda não havia uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, e onde o exercício social do poder ainda não havia sido centralizado por uma classe ou pelo Estado, existia a educação sem haver a escola e existia a aprendizagem sem haver o ensino especializado e formal, como um tipo de prática social separada das outras.

Esses processos informais, para muitos autores parecidos inicialmente com uma socialização ou uma introdução de crianças e jovens no mundo e na cultura que os envolvia, foram com o passar de muitos séculos se estruturando no sentido de uma formalização, à medida que as sociedades foram se tornando mais complexas.

Portanto, desde que as pessoas passaram a viver em sociedade a educação esteve presente, ou seja, todos os agrupamentos humanos, em qualquer nível de seu desenvolvimento, praticaram e praticam a educação, primeiramente no ambiente familiar. Foi assim que aconteceu nas sociedades da Antiguidade, que existiram

milênios antes do nascimento de Cristo. Dessa forma, educação não é o mesmo que escola. Esta última é uma invenção da humanidade no seu processo histórico para difundir o conhecimento de forma sistematizada. Alguns autores mais críticos dizem que foi uma forma de centralizar e controlar o poder que o conhecimento gerava.

As primeiras notícias que temos sobre a escola nos mostram que só tinham direito a frequentá-la os filhos das classes sociais privilegiadas. Foi assim no Egito, cuja supremacia foi reconhecida pelos gregos, romanos e pelas posteriores manifestações cristãs. As duas culturas – greco-romana e cristã – incorporaram elementos do Oriente Próximo, reconhecendo nos egípcios a origem da cultura, da sabedoria, da instrução.

Assim, a educação escolarizada nasceu com os povos antigos, especialmente gregos e romanos, mas com objetivo de educar apenas as crianças e jovens da elite. A primeira ideia de uma escola de Estado nasceu na Grécia e foi formulada pelo filósofo Aristóteles: para ele, a formação do cidadão não deveria ser realizada pela família, mas sim pela cidade (polis), porque só ela (poder público) poderia fornecer uma educação igual para todos os cidadãos e garantir o bem comum, enquanto, a cargo da família, seria realizada segundo as crenças e valores de cada uma. Roma herdou esse princípio dos gregos e avançou em alguns aspectos, como o do reconhecimento dos mestres pelo Estado. Mas manteve o mesmo método repetitivo de aprendizagem e o “sadismo pedagógico”, ou seja, as punições físicas. Já na Idade Média, com a consolidação do cristianismo, a educação perdeu seu caráter político e cívico passando a ter função de aculturação: o importante passou a ser formar o cristão e não mais o cidadão. Embora o cristianismo, por princípio, pregasse a não discriminação das crianças pobres, a educação continuou sendo destinada a poucas crianças e adolescentes. A expansão da escola começou na Europa com as reformas religiosas, especialmente a luterana, que exigiu a frequência de meninos e meninas nos bancos escolares, sem distinção de classe. Esse princípio forçou a iniciativa estatal a criar e manter escolas sob sua responsabilidade, colocando os países reformados à frente dos católicos. O caminho do futuro (da escola para todos como conhecemos hoje) começava ali.

Ao mesmo tempo em que começa a ocorrer a expansão escolar, ainda prevalece a influência religiosa sobre a educação, pois, de um lado, as pedagogias dos países reformados seguem a inspiração das novas igrejas (protestantes) e, de outro, a pedagogia dos países que permaneceram católicos segue fortemente a pedagogia jesuítica até o século XVIII. Mas, a despeito da influência religiosa, foi nessa época que

a escola começou a adquirir as feições que tem hoje: minuciosamente organizada e administrada pelo Estado. Quanto à organização, vimos que surgiram as primeiras preocupações em agrupar as crianças por faixas etárias (graus), diferentemente da Idade Média, período no qual havia indiferença sobre a idade das crianças.

A expansão da escola na sociedade europeia foi um processo longo, cujo início remonta às reformas religiosas do século XVI, mas que, efetivamente, ganhou impulso nos séculos XVIII e XIX como resultado das revoluções que edificaram o Estado Nacional de caráter burguês. Tendo sido fruto de uma época revolucionária, o processo de universalização foi pensado por filósofos que também propuseram ações práticas para a sua concretização, como foi o caso dos enciclopedistas franceses no século XVIII. Além disso, também nesse mesmo século, as ideias de Rousseau operaram uma verdadeira revolução no pensamento pedagógico ao colocar a criança no centro da reflexão sobre a educação, preconizando que ela fosse “aluna da natureza”.

No momento em que a escola se tornou assunto político, acirrou também a disputa entre as posições conservadoras e de mudança, disputa que atingiu todos os níveis da educação, notadamente as escolas secundárias, que já vinham se organizando como humanísticas e científico-técnicas, e as universidades, com suas novas faculdades correspondentes às transformações das forças produtivas e suas especializações. Tudo isso constituiu uma batalha pedagógica cujo ponto central era exatamente a tendência à expansão da educação escolarizada.

O processo de universalização da escola foi lento e desigual, só se completando no século XIX e, em alguns países, somente no século XX. A institucionalização da escola foi um processo dividido em etapas não homogêneas e manifestado de formas diferentes nos vários países europeus e americanos. Superadas as divisões entre iniciativas diversas (Igreja, Estado e particulares), ocorreu um crescimento social da escola, um desenvolvimento na sua organização, um papel político mais forte. A cultura escolar foi renovada, assumindo caráter laico e sendo organizada em um programa didático preciso que deu nova feição à vida escolar. Esta, por sua vez, assumiu cada vez mais um aspecto abertamente disciplinar, de controle, de sanção e, ao mesmo tempo, de produção de comportamentos padronizados.

Nessa época, se caminha em direção a uma escola mais uniforme, mais conformadora, mais rígida nas estruturas e nos comportamentos, mais programada e

mais laica: uma escola mais racional, por um lado, e mais democrática, mais aberta às várias classes sociais, por outro.

Desde o início da época contemporânea (meados do séc. XVIII), mas principalmente no século XIX, o “mito da educação” se fortalece. Em razão de sua centralidade política e social, a educação foi vista como fator-chave do desenvolvimento social.

Quando estudamos História, é importante estabelecermos relações. Pois bem, observemos que enquanto esse processo acontecia na Europa e nos Estados Unidos da América, o Brasil vivia sob regime monárquico e escravidão. A educação escolar estava restrita a poucas crianças e como a economia era agrária e o país, rural, as escolas eram muito poucas. Tal panorama fez com que as famílias abastadas da aristocracia rural contratassem preceptores europeus para educar seus filhos - e isso em um momento em que na Europa a educação por obra de preceptores era criticada.

Apesar dos grandes avanços da educação nesse século, em extensas áreas do planeta ainda predominam a discriminação, as dificuldades para frequentar a escola e até mesmo a exclusão de milhões de crianças do direito à educação escolarizada. Se retomarmos a tendência que vinha se delineando na Europa principalmente desde o século XVIII no sentido da estatização da instituição escolar, constataremos que no século XX essa tendência se efetivou. De fato, se no passado a escola foi monopolizada pela Igreja Católica, coube ao Estado moderno responsabilizar-se por ela para que o direito a frequentá-la se estendesse a todas as crianças. Mesmo assim, essa foi uma passagem longa, difícil e bastante desigual de país para país.

No século XX, ao mesmo tempo em que a escola se expandiu, tornou-se mais suscetível ao controle ideológico, o que, a princípio, pode parecer uma contradição.

Mas foi também o processo de sua expansão, aliado à prática de vida democrática, que possibilitou o reconhecimento das suas contradições. O fato é que hoje, submetida aos valores da sociedade de capitalista e de consumo, da “indústria cultural”, da sociedade do espetáculo, do poder da mídia, a escola contemporânea se encontra em crise – os desafios hoje são outros. Mas, olhando retrospectivamente, será que algum dia, em sua longa trajetória, a escola viveu sem passar por crises? Não esteve ela constantemente oscilando entre posições conservadoras e progressistas, assim como a própria educação?